



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Lugares invisíveis: imagens de resistências de mulheres migrantes

Denize Aparecida Rodrigues de Amorim¹
Universidade Federal de Mato Grosso
<http://orcid.org/0000-0002-7254-8193>

Roberta Moraes Simione²
Universidade Federal de Mato Grosso

Michèle Sato³
Universidade Federal de Mato Grosso
<https://orcid.org/0000-0001-9834-4642>

Resumo: Este artigo objetiva apresentar imagens de migração de mulheres migrantes via interpretação de suas percepções inscritas nas invenções do seu cotidiano como táticas de resistência. À luz da Educação Ambiental, adotamos neste artigo a metodologia Cartografia do Imaginário, com o propósito de interpretar as imagens poéticas existentes no fazer fenomenológico bachelardiano. E com ela espera-se que seja possível entrever caminhos que resistam ao racismo, à discriminação e à xenofobia. Contudo, cientes das contradições, invisibilidades e lugares de invisibilidades nos quais tal grupo está inserido, procuraremos trazer à tona discussões sobre promoção de políticas públicas para mulheres, a partir do lugar de fala das migrantes, em interface com a Justiça Climática e Direitos Humanos. Narrativas individuais que evidenciam o colapso climático também serão consideradas e evidenciadas neste trabalho.

Palavras-chave: Migração. Educação Ambiental. Políticas Públicas.

Invisible Places: Images of Migrant Women's Resistance

Abstract: This article aims to present migrant women's images of migration through interpretation of their perceptions registered in their daily life's inventions as resistance tactics. In the light of Environmental Education, we adopted in this article the Cartography of the Imaginary methodology to interpret the existing poetic images in the Bachelardian's methodology and with it

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMT). e-mail: denize.enildo@gmail.com

²Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMT). e-mail: robertamoraes01@gmail.com

³ Professora da Universidade Federal de Mato Grosso, doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). e-mail: michelesato@gmail.com

one can expect that it will be possible to perceive ways which resist racism, discrimination and xenophobia. However, aware of contradictions, invisibility, silent places that such a group is inserted in, we will try to raise discussions on the promotion of public policies for women, from the migrants' place of speech, in the interface with Climate Justice and Human Rights. Individual narratives which highlight the climatic collapse will also be considered and shown in this work.

Keywords: Migration. Environmental Education. Public Policies.

Lugares invisibles: imágenes de mujeres migrantes

Resumen: Este artículo presenta mujeres migrantes a través de imágenes. Utiliza la interpretación de sus percepciones inscritas en las invenciones de su cotidiano como tácticas de resistencia. A la luz de la Educación Ambiental, adoptamos la metodología Cartografía de la Imaginación, con el propósito de interpretar las imágenes poéticas existentes en el quehacer fenomenológico bachelardiano, y se espera sea posible vislumbrar caminos que se resistan al racismo, la discriminación y la xenofobia. No obstante, con conciencia de las contradicciones, invisibilidades y lugares de silencio en que estos grupos están sumergidos, pretendemos traer a discusión la promoción de políticas públicas para mujeres, a partir del lugar en el decir de las migrantes, en conexión con la Justicia Climática y los Derechos Humanos. Narraciones individuales que evidencian el colapso climático también serán considerados y revelados en este trabajo.

Palabras claves: Migraciones. Educación ambiental. Políticas Públicas.

Introdução

*RESISTO
De onde vem este medo?
Sou
sem mistério existo
busco gestos
de parecer
atando os feitos
que me contam
grito
de onde vem
esta vergonha
sobre mim?
Eu, mulher, negra,
RESISTO.*

Alzira dos Santos Rufino

A cultura de deslocamento de pessoas não é recente na história da humanidade. Porém, no fenômeno migratório contemporâneo, muitas são as contradições e tensões envolvidas na migração (MARTINEZ; DUTRA, 2018) nos Estados nacionais. Neste mote, “estima-se que haja mais de 200 milhões de migrantes internacionais no mundo hoje” (JUBILUT; APOLINÁRIO, 2010, p. 276). Assim, vale refletir sobre as causas que impulsionam o trânsito de pessoas para várias regiões do globo terrestre e a consequente reorganização dos estados.

Sobre causas e efeitos da migração voluntária ou forçada, Patarra (2005) considera que aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos e demográficos são apresentados como motivos que impulsionam o fluxo migratório internacional. Contudo, nesse cenário de crise que engendra pobreza, discriminação, racismo e violações de direitos humanos, desastres ambientais se apresentam também como um grande desafio, haja vista a complexidade que tal crise encerra, via registro histórico de pessoas que migraram em decorrência de catástrofes ambientais (PACIFICO; GAUDÊNCIO, 2014).

Aliada a estas questões, significativas também são as ações governamentais ineficientes que buscam amenizar a situação de vulnerabilidade a que muitas pessoas estão sujeitas. Isso porque, ao observarmos os desdobramentos das políticas implantadas pelos Estados, fica evidente a ausência e ineficiência das mesmas para migrantes e que tão pouco são direcionadas para mulheres migrantes. Essa situação marginal, na qual muitas migrantes estão inseridas, resulta por vezes em destituí-las de sua moralidade (PATARRA, 2006) e o efeito dessa depreciação abre caminho para a desumanização – a que estão sujeitas pessoas circunscritas nesse cenário funesto de exclusão de acesso a direitos, segurança (BAUMAN, 2017) e proteção.

No Brasil não é diferente, pois, na última década já contabilizou em 2011 o “registro de 1,466 milhão de estrangeiros regulares, vivendo no país” (PATARRA, 2012, p. 07). As tensões existentes que tal fenômeno enseja têm exigido das instituições públicas e não-governamentais brasileiras ações com propósito de melhor delinear essa problemática e contornar a crise existente, considerando nessa ótica que muitos se encontram desassistidos no Brasil.

Ao pensar em direitos sociais, civis e políticos para migrantes, não podemos nos descuidar do fato que determinados grupos são mais desassistidos e discriminados que outros. Como pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, o destino traçado para mulheres migrantes não poderia ser adverso ao modelo marcado pela discriminação, racismo e xenofobia.

Neste contexto de exclusão, medo, vergonha e insegurança, o poema “Resisto” de Alzira dos Santos Rufino nos apresenta diversas imagens delineadas, imaginadas, evocadas ou anunciadas, que carregam em si retratos de vidas alquebradas, cansadas ou mesmo exaustas de mulheres negras, porém resistentes. Sob essa inspiração de puro espanto e resistência diante da vida, esboçamos neste artigo imagens de migração de mulheres migrantes e também negras, cujas invenções do seu cotidiano emergem como táticas de resistência.

Sob o viés da Educação Ambiental política, da Justiça Climática e dos Direitos Humanos, delineamos questões que subjazem à crise existente, que procuramos tecer sob o olhar fenomenológico. Assim, ao nos aproximarmos das mulheres migrantes em Cuiabá, iniciamos a tecitura do universo investigativo, inquerindo sobre: quais são as invenções do cotidiano que as mulheres migrantes utilizam para resistir às violências emanadas da sociedade racista, discriminatória e xenofóbica e também para sobreviver ao colapso climático? E de que forma estas táticas, por vezes invisíveis à sociedade, aparecem no seu cotidiano?

A justificativa que endossa a escolha de mulheres imigrantes neste artigo circunscreve-se na necessidade em inscrever imagens e percepções que compõem o universo feminino, tendo em vista as experiências de discriminação, racismo e xenofobia marcadamente presentes na sociedade brasileira, produtora contínua de violência sobre as mulheres, sobretudo nas mulheres negras e também migrantes. Como migrantes que resistem à repressão e à opressão de um capitalismo, que estimulou que saíssem de suas terras e se arriscassem a toda sorte e fizessem incursão pelo mundo, elas padecem pela ausência de políticas públicas específicas para mulheres também nos países de trânsito e de destino e lutam pela sobrevivência de si e daqueles que delas dependem.

Tal situação agrava-se em razão de haver deslocamentos que tiveram como reais motivos o colapso climático. Contudo, infelizmente não há dispositivos legais internacionais que regulamentem e protejam pessoas que foram forçadas a migrar por razões de desastres ambientais e climáticos. Outra questão reporta-se ao fato de que há migrantes que não possuem entendimento de que esta seja a causa de seu deslocamento. Ignorantes sobre uma necropolítica que as acometem, muitas migrantes são facilmente também ignoradas e tornam-se invisíveis para Estados que deveriam protegê-las e mantê-las em segurança.

Sob este prisma reflexivo e à luz da Educação Ambiental, neste estudo fizemos uso da metodologia fenomenológica Cartografia do Imaginário, desenvolvido no âmbito de pesquisas e estudos do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte(GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso, pela Profa. Dra. Michèle Sato.

Tal metodologia é um convite à própria cartografia humana que permite tecer trajetórias de vida (PALMA, 2011), via variáveis de olhares, vozes e sentidos. Inspirada nos quatro elementos da natureza como a água (formação), terra (deformação), fogo (transformação) e ar (reformação), sob respaldo teórico e poético do filósofo francês Gaston Bachelard, a Cartografia do imaginário é constituída de imagens poéticas que

Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande, Dossiê temático “Imagens: resistências e criações cotidianas”, p.268-285, jun. 2020. E-ISSN 1517-1256

tornam possível tecer caminhos diversos que conduzam ao pensamento científico (BACHELARD, 2008).

Enquanto metodologia fenomenológica, a Cartografia do Imaginário permite tecer trajetórias entrelaçando fios de trama (linhas transversais) com os de teia (linhas longitudinais) afim de que se tenha um tecido de inclusões e possibilidades de que as mulheres imigrantes sejam protegidas e assistidas com políticas públicas. Tal desenho podeter diversas interpretações, pois, assim é o aprendizado do pesquisar nesta metodologia.

Partindo do lugar de fala (RIBEIRO, 2019) de mulheres migrantes e de suas narrativas individuais, neste estudo foi-nos possível desembaraçar e também amarrar alguns nós durante a tecelagem, tendo em vista as injustiças sociais e climáticas que se casam nessas narrativas encoladas com medo, incerteza e insegurança, mas também resistência.

Dos lugares invisíveis ao lugar de fala de mulheres imigrantes

*Difícil fotografar o silêncio
Entretanto tentei. Eu conto:
Madrugada, a minha aldeia estava morta.
Não se via ou ouvia um barulho,
Ninguém passava entre as casas.
Eu estava saindo de uma festa.
Eram quase quatro da manhã.
Lá o silêncio pela rua carregando um bêbado.
Preparei minha máquina,
O silêncio era um carregador?
Estava carregando o bêbado.
Fotografei este carregador.
(...)*

Manoel de Barros

Pelas linhas reflexivas acima tendo em conta a importância política e social que o tema sobre mulheres migrantes alcança, em meio a um contexto social brasileiro rude e pautado numa necropolítica, teceremos nossas reflexões sobre imagens de migração de algumas mulheres migrantes residentes em Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso-Brasil.

Existentes em lugares invisíveis, nos relatos dessas mulheres via o fazer fenomenológico bachelardiano, uma tecitura da diáspora feminina se perfaz num universo repleto de imagens de insegurança e medo que subjazem efeitos reais da vulnerabilidade na

qual estão inseridas, haja vista as ausências de direitos, assistência social, proteção e emprego que circunscreve suas vidas.

Oriundas do Peru, da Venezuela e de Cuba, a narrativa de três mulheres, que se encontram com a idade acima dos quarenta até cinquenta e cinco anos, apresenta dificuldades que permeiam as invenções do seu cotidiano necessárias para sobreviver em terras brasileiras, justamente por serem mulher, migrante e/ou negra. Alicerçadas nas imagens moldadas e ressignificadas cientificamente (MANFRINATE; SATO; PAZOS, 2020) a partir do imaginário, a formação, deformação, transformação e re-formação destas imagens emanam a essência do ser (BACHELARD, 2013), cujo trabalho na matéria mole e/ou dura se traduz em promoção das mulheres, possibilitando que resistam às violências e opressões que lhes são imputadas.

Desse modo, com vista a obterem melhores condições de vida, projetos de constituir família com noivo que migraram para o Brasil, obter reconhecimento profissional com boa remuneração salarial, ou ter paz em razão de serem acometidas por perseguição política, as imagens de migração dessas mulheres carregam histórias de violência de gênero, de raça e de discriminação no âmbito do fenômeno migratório. Denominaremos as três entrevistadas como um apelido, devido ao caráter sigiloso das pesquisas aprovadas no Comitê de Ética de Pesquisa na UFMT. Assim, por nossa escolha atribuímos, para cada uma das entrevistadas, nomes de meninas mais populares em seu país de origem atualmente, pesquisados em um buscador da internet: *Mayumi* (peruana), *Arianna* (venezuelana), e *Rachel* (cubana). Para destacá-las neste texto, os nomes estão grafados em itálico e as frases diretas das entrevistadas estão entre aspas.

Quando empregadas, muitas migrantes encontram disponíveis nos serviços terceirizados somente atividades de limpeza que, embora remuneradas, às vezes não dispõem de regularização de direitos trabalhistas. Muitas questionaram o fato de que a formação universitária e profissional obtida no país de origem não é reconhecida e valorizada no Brasil e quando investem no reconhecimento da titulação, o processo é burocrático, demorado e oneroso. Essa situação pode ser constatada no relato de *Arianna*, que narra que conseguiu trabalho, mas foi difícil porque no Brasil não é fácil validar a faculdade que fez no seu país. Já a *Rachel* narra que teve que fazer outro curso correspondente a mesma graduação no Brasil para que pudesse ser admitida no emprego.

Quando não dispõe de documentação necessária, a situação agrava-se, pois, todo trabalho no Brasil tem que ser registrado e acabam ficando à deriva de instituições

filantrópicas, religiosas ou não-governamentais, conforme relato de *Mayumi*: “eu fiquei um bom tempo sem documentação. Então minha vida foi muito difícil, bem difícil”.

Desassistidas e inseguras, as imagens apresentadas por essas mulheres demonstram insatisfação (nesse sentido) das imigrantes no país. Aqui nos reportamos às narrativas de *Arianna* e de *Mayumi* porque tiveram mais dificuldade na inserção do ponto de vista que estavam fugindo de uma crise política e social em seu país. Portanto, não foi uma escolha fácil vir para o Brasil, mas se tornou a única para o momento. *Rachel* já era também profissionalmente realizada em seu país, escolhe livremente o Brasil para prosseguir sua vida, mas se depara com um sistema burocrático com muitos entraves para validar seus diplomas. *Arianna* está em Cuiabá há 3 anos, *Mayumi* há mais de 30 anos e *Rachel* há 5 anos. Mulheres com personalidades fortes, experientes e com muitos sonhos.

Nesta perspectiva, inquerir sobre os aspectos do feminino que se destacam nessa conjuntura traz à tona, além da segregação sexista, também a social, a política, a racial e a cultural, tão caras ao ser humano, pois, são também componentes existenciais de mulheres migrantes. Entendemos também que “o gênero, o status migratório, a origem social, a cor da pele, a prática (ou não prática) de uma determinada religião e a nacionalidade são algumas das inúmeras causas de discriminação” (DUTRA, 2013, p. 177).

Contudo, as táticas de resistências inventadas no cotidiano dessas mulheres não existem sem o propósito de obter direitos e dignidade. Ao desenvolverem outras atividades ou se mantendo firmes na efetivação de suas profissões e suas militâncias, alicerçadas em outras histórias coletivas e modos de resistência, como pesquisou Santos (2013, p. 63), “marcaram os últimos cinquenta anos do processo de reconhecimento de direitos coletivos, um reconhecimento sempre muito contestado(...)”. Uma das entrevistadas mora em Cuiabá há mais de vinte e cinco anos e resiste às violências que são impostas, via suas invenções do cotidiano, conforme relato de *Mayumi*: “sim, foi uma luta..., quando Lula deu anistia, para nós foi uma felicidade... Aí se você está bem documentada, você conseguia, você poderia ficar”.

Santos (2013) também pondera que não é possível desconsiderar que os direitos consolidados de grupos sociais não ocorreram sem medos e, principalmente, sem lutas. No contexto de resistências na história de migração brasileira, impossível seria desvinculá-las dos efeitos do racismo, longamente mascarado no Brasil sob o *slogan* de democracia racial. A política racista adotada pelo governo brasileiro nos séculos XX e XXI, com evidentes resquícios da política de colonização portuguesa, edificada no período colonial, subjungando grupos étnicos diversos, ainda mantém reflexos na atualidade e tem

Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande, Dossiê temático “Imagens: resistências e criações cotidianas”, p.268-285, jun. 2020. E-ISSN 1517-1256

causado medo e insegurança, elementos centrais da teoria de liquidez da modernidade de Bauman (2010). Na atualidade os medos

são difusos, eles se espalham. É difícil definir e localizar as raízes desses medos, já que os sentimos, mas não os vemos. É isso que faz com que os medos contemporâneos sejam tão terrivelmente fortes, e os seus efeitos sejam tão difíceis de amenizar. Eles emanam virtualmente em todos os lugares (BAUMAN, 2010, p. 73).

Nessa era de liquidez e imersos na cultura de consumo, individualismo e insegurança, as relações exigem novos contornos e projetos, uma vez que algumas medidas adotadas de segurança somente acentuaram mais insegurança e medo e alguns momentos de desesperança, por controverso que possa parecer, até descrença e desilusão. Para Bauman (2010, p. 33), “a cultura de hoje é feita de *ofertas*, não de *normas* (...). Esta nossa sociedade é uma sociedade de consumidores” e entendemos que a relação estabelecida junto às migrantes se fundamenta nessa concepção de consumo rápido e política de descarte. Com este novo paradigma,

a preocupação de nossos antepassados com a *identificação* é substituída pela *reidentificação*. As identidades devem ser *descartáveis*; uma identidade insatisfatória, não satisfatória o bastante ou que revele sua idade avançada deve ser *fácil de abandonar* (BAUMAN, 2010, p. 69).

Nessa conjuntura líquida, as pessoas em trânsito geralmente são reconhecidas como “outsiders” pelos grupos “estabelecidos” (ELIAS, 2000) e violências e estigmatizações passam a ser legitimadas como verdades incontestáveis. Marginalizadas nessa liquidez e reduzidas a um estado de “superficialidade humana”, há migrantes que não se habitam a essa existência e, mesmo diante das incertezas de seu futuro e com as ausências de políticas públicas, resistem arduamente às práticas racistas, xenofóbicas e discriminatórias.

Ser mulher, negra, gorda e migrante numa sociedade branca, patriarcal e masculina é uma justificativa para ser desqualificada como pessoa, por ser uma só verdade que constitui o ordenamento social. Num contexto de amarraduras e invisibilidade forçadas, a política do cárcere e da mordada constrói enormes muros de contenção, campos de refugiados e policiais altamente equipados nas áreas de fronteira para manter em segurança e proteção os Estados-nação:

Nem todos os refugiados vivem em campos, longe disso, mas o campo é hoje em dia ideal-típica de rejeição. No total, 75 milhões

de pessoas no mundo se encontram em uma situação dita de ‘deslocamento forçado’ (refugiados, deslocados internos, deslocados por causa de catástrofes naturais) (AGIER, 2015, p.127).

Como estratégia política de ordenamento social, pessoas são privadas de serem acolhidas, mas não de serem amplamente exploradas. Nesse cenário de incerteza e liquidez, as causas de seus medos e vergonha pouco importam muito menos quem são, quer sejam trabalhadoras, mães, profissionais de saúde, professoras, administradoras, assistentes sociais, comerciantes, estudantes, entre outras, pois, presentes num campo de invisibilidade, o que existe não é ausência de sentimento de pertença ao local em que estão locadas, mas em ausências de oportunidades para aquelas que deveriam ser as protagonistas de ações que promovam dignidade e empoderamento para mulheres migrantes. Nesse sentido, a problemática não se trata apenas de invisibilidade, mas também de cegueira que culturalmente estamos imersas, pois:

de acordo com as culturas das quais nos originamos, com as crenças e convicções que abraçamos, com os saberes que tecemos e com as vivências que experimentamos, seremos vitimados por cegueiras diferentes, que comprometem visão/leitura/escuta/sentimento de dimensões e partes diferentes do mundo, mas jamais deixaremos de ser parcialmente cego. (OLIVEIRA; SGARBI, 2007, p. 21).

A superação de tais questões, entretanto, tem origem no universo criativo e inventivo de mulheres migrantes residentes atualmente em Cuiabá. Tecidas no seu cotidiano, as táticas de resistências implicam imagens que resistem às violências. Mesmo nessas imagens, é possível poetizar “o espaço afetivo concentrado no interior das coisas” (BACHELARD, 2013, p. 6-7), justamente porque parte do interior e dos efeitos de ser mulher.

Dessas imagens, as migrantes carregam no seu bojo o sacrifício empregado simplesmente para viver. Nem sempre distantes de imagens de um sertão seco e quente, ou navegando sobre barcos precários à deriva no mar, a imagem do flagelo permeado de cansaço, desolação e fome tão pouco poderia deixar de ser evidenciado nas imagens de domesticação, constantemente presente nas narrativas das mulheres migrantes, que nessas paragens chegam, como narra a *Arianna*: “o grande desafio é enfrentar a fome”. Alquebradas pela caminhada cansativa, exploradas e muitas vezes violentadas por homens que são pagos para levá-las na travessia até o destino (*coyotes*), roubadas do pouco que

lhes restava ou abandonadas pelos maridos ou namorados, essas mulheres resistem e sobrevivem com seus filhos e filhas e mesmo sozinhas.

Todavia, das pedras que obstaculizam o caminho ou caminhos possíveis, desejos, expectativas e esperanças alicerçam e estimulam suas caminhadas, mesmo que a desolação e sofrimento se apresentem como fardos aos olhos e sentidos daquelas que migram. Resistir não é política, mas um ato político e legítimo que carrega no seu bojo autonomia e empoderamento de ser mulher e migrante. Ela é em suma uma identidade política (SATO, 2001).

Para Bauman (2007), a atual política instituída e o poder em voga possuem outras características e funcionalidades que outrora tiveram, ou seja, não são as mesmas do passado. Inseridos numa era líquida, o poder se estendeu a instâncias globais e atua de modo descontrolado e inacessível para grupos que estão em situação de vulnerabilidade. No dilema das migrações, chama atenção política de recepção entre aquele que recebe e manda e o outro que chega e obedece, típico da lei da oferta e da procura idealizada e legitimada pelo capitalismo (FLORES, s/d).

Nesse cenário, mulheres migrantes adquirem uma dimensão um pouco mais trágica, pois são segregadas de várias instâncias e contextos sociais. No âmbito das relações, mesmo sendo percebíveis a fragilidade da condição humana que lhes são impostas, como o individualismo e a competitividade, essa sociedade líquida fragmenta suas identidades apartando-as da coletividade de suas próprias histórias e memórias (BAUMAN, 2007).

A partir de Bauman (2017), é possível pensar numa imagem que reflete ausência de ética e de certo aprimoramento da cegueira moral denações que se recusam abrir suas portas para que adentrem e sejam abrigados em seus territórios, velhos amigos de outrora, por muito tempo explorados e colonizados. Como migrantes e refugiados que exigem acolhimento e segurança para povos que se autorreconhecem como civilizados, quem são de fato os bárbaros?

Vários Estados-nação reconhecem que migrantes e refugiados são uma ameaça à segurança e, por este motivo, deixá-los morrer à deriva no mar ou locá-los em campos de refugiado é justificado. Por serem medidas paliativas compensatórias aos povos civilizados, elas não são éticas, pois, migrantes continuam tendo vidas marginais e inseguras. E o que falar das mulheres? Sabe-se que muitas possuem estudos e qualificações profissionais de prestígio no país de origem e de destino, mas no Brasil tais conhecimentos e saberes são invisibilizados na palavra de migrantes.

Ao buscarmos outras dimensões de invisibilidade, encontramos questões adjacentes aos motivos que impulsionam o deslocamento de pessoas, quais sejam os desastres ambientais causados por agentes antrópicos ou naturais. Reconhecer essas pessoas como migrantes climáticos, ou seja, pessoas que migram em decorrência de desastres ambientais climáticos, apresenta-seum imenso desafio, posto que poucos são os estudos que evidenciam a mulher migrante no âmbito do colapso climático, no bojo dos desastres ambientais, e as violências que marcam suas vidas. Essa situação é bem evidente quando se procura políticas que protejam e abriguem migrantes climáticos e o que se encontra é somente um uso inadequado de refúgio, legitimado na esfera internacional, para atender minimamente em decorrência de desastres ambientais (JUBILUT e APOLINÁRIO, 2010).

Mulheres migrantes, mas ... e o colapso climático?

*Peçamos ao Senhor a graça de chorar pela nossa indiferença,
pela crueldade que reina no mundo,
em nós e também naqueles que tomam decisões socioeconômicas.*
Papa Francisco

Em uma viagem missionária à Lampedusa, Itália, no dia 8 julho de 2013, o Papa Francisco chamou atenção para o sofrimento e morte de muitos migrantes que tentavam adentrar na Europa e perdiam suas vidas no mar. Caracterizada como “cultura de bem-estar”, em seu discurso, o Papa Francisco enfatizou que tal postura se resume numa cultura de indiferença e “neste mundo da globalização, caímos na globalização da indiferença. Habitamo-nos ao sofrimento do outro, não nos diz respeito, não nos interessa, não é responsabilidade nossa” (ECCLESIA, 2013, s/p). Nesse mesmo ano, no dia mundial do migrante e do refugiado, sob uma carta intitulada “Migrantes e refugiados: rumo a um mundo melhor”, denunciaria novamente as contradições do mundo globalizado e seus efeitos presentes na vida de muitos migrantes como “a rejeição, discriminação, aos tráficos de exploração, de dor e de morte”(PAPA FRANCISCO, 2013, s/p). Imagens são mostradas de pessoas sendo desumanizadas em favor do desenvolvimento econômico. Novamente chamava-nos atenção para não silenciarmos ante à pobreza e violência que asseveram a vida de muitos migrantes.

Migrar parte de uma escolha pessoal, cujos motivos são vários, principalmente sobrevivência. Permeado por contradições, as implicações que tal fenômeno migratório enseja repercutem na vida de muitas pessoas pobres em vários lugares do mundo,

exploradas, vítimas de violência por povos hegemônicos cujas práticas foram historicamente consolidadas, agora em xeque. Nesse cenário de desastres,

é preciso reconhecer, nesse contexto, que os movimentos migratórios internacionais representam a contradição entre os interesses de grupos dominantes na globalização e os Estados nacionais, com a tradicional óptica de sua soberania; há que tomar em conta as tensões entre os níveis de ação internacional, nacional e local. Enfim, há que considerar que os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico-produtiva em escala global (PATARRA, 2006, p. 8).

Novamente, refletindo sobre o mundo líquido de Bauman (2007), difícil seria não estender esta problemática migratória à situação das mulheres, pois, os dilemas ambientais da atualidade têm estimulado a migração, tal como o derretimento de geleiras, tempestades de granizos, extinção de fauna e flora, aumento prolongado de secas, inundações, desertificação de áreas próprias para o desenvolvimento da agricultura e chuvas torrenciais resultantes do aquecimento global e, conseqüente, alteração do clima em todo o planeta (MARENGO, 2008).

Dada a gravidade que tal tema enseja, discussões sobre mudança climática e seus efeitos têm sido realizadas em instâncias internacionais, uma vez que permeiam os aspectos econômicos, políticos, culturais e ambientais de todo o mundo (LIMA; LAYRARGUES, 2014). Contudo, substanciados na era do antropoceno, pesquisadoras e pesquisadores têm ressaltado a importância de se evidenciar que o que ocorre de fato não são somente alterações do clima de ordem natural, mas um colapso climático (MOREIRA et al., 2019) em decorrência principalmente de ações antrópicas (NOBRE, 2010).

O colapso climático é um conceito respaldado num posicionamento político que vai além do conceito de mudança climática e cujo intuito consiste em responsabilizar, pelos efeitos do aquecimento global, os agentes que causam e promovem desastre ambiental em voga (SANTOS et al., 2019). Contrário aos posicionamentos que negam o colapso climático, procura-se com este ato dar visibilidade à problemática em série, pois:

o efeito conjunto das controvérsias negacionistas, das mensagens e discursos dos lobbies anticlima, da comunicação midiática comprometida e distorcida por tais posições e a própria invisibilidade do problema na vida cotidiana são a confusão, a perplexidade e a inércia do público em geral, outro ponto onde a ação educativa pode oferecer grande contribuição (LIMA; LAYRARGUES, 2014, p. 80).

Há pesquisas que demonstram que as alterações do clima resultarão em um desequilíbrio do planeta ao afetar biomas e ecossistemas. Estima-se que a temperatura poderá ter um acréscimo de até 6°C e os efeitos possibilitarão, além dos desastres mencionados acima, também a perda de estoques aquíferos (NOBRE et al., 2007) e a intensificação do fluxo migratório da humanidade.

O cenário retrata de fato a liquidez do mundo e coloca em xeque um desafio que está alheio aos limites fronteiriços dos estados nacionais e exige atitudes éticas que contemplem, no âmbito de uma política de inclusão, grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade. Em 2006 e 2007 ocorreram pelos menos dois grandes debates sobre o clima: primeiro foi o documentário “Uma verdade Inconveniente”, narrado e protagonizado pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos da América, Al Gore –no qual, de forma bem didática, apresenta os motivos das transformações climáticas no planeta, sendo tal documentário muito premiado –; o segundo debate foi em torno do Prêmio Nobel da Paz foi concedido justamente para quem estava promovendo os estudos e os debates da causa climática – ao Al Gore, por sua militância política no tema, e aos pesquisadoras/res do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, conhecido pela sigla em inglês por IPCC, entidade criada nos anos 1980 por promover reunião de pesquisas no tema. Em torno desses debates, os estudos mostram que, naquele mesmo ano, o clima do planeta mostrava seu poder em transformação:

Apenas no decorrer do ano de 2007, segundo a ONU, 117 milhões de pessoas em todo o mundo foram vítimas de cerca de trezentos desastres naturais, incluindo secas devastadoras na China e na África e inundações na Ásia e na África – em um prejuízo total de US\$ 15 bilhões. Grande parte dos países menos desenvolvidos já enfrenta períodos incertos e irregulares de chuvas, e as previsões para o futuro indicam que as mudanças climáticas vão tornar a oferta de água cada vez menos previsível e confiável (MARENGO, 2008, p. 84).

Os grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade têm também dificuldades de resistir ao colapso climático, ficando cada vez mais invisíveis e nesse contexto estão as mulheres negras e migrantes. Muitas delas não trabalham somente para si, mas também para doar aos familiares que não moram no Brasil, segundo nos confidencia *Mayumi*: “minha vida não é fácil, tudo bem justinho porque tenho que ajudar minha mãe (no Peru) e ela tem problemas de saúde (...). Eu ajudo, (...) divido o salário”.

Sendo migrantes, e por vezes mal remuneradas, muitas vivem com dificuldades financeiras e a situação se agrava com a alteração do clima em Cuiabá, pois, com a

ocorrência de secas mais prolongadas, compreendidas de grandes ondas de calor e períodos chuvosos com temporais, tais fatos tornam sua existência mais sofrível, justamente por se encontrarem em situação de extrema vulnerabilidade, conforme podemos constatar na narrativa da *Mayumi*: “eu sinto que cada vez fica mais quente e isto me assusta”.

Contudo, houve narrativas em que não foi possível perceber que as mulheres migrantes relacionem os motivos de sua migração com o colapso climático e, desse modo, que teriam sido forçadas a migrar para o Brasil. Compreendemos por isso que a discussão sobre este problema é recente e por elas estarem inseridas no campo de vulnerabilidades, enquanto grupo que sofre os efeitos dos desastres ambientais, não poderia ser diferente a não visualização do tema.

A respeito dos migrantes forçados, Marinucci (2014, p. 8) tem alertado que as “causas estruturais dos deslocamentos são devidamente silenciadas, assim como seus responsáveis e beneficiários”. Tal atitude parte justamente da intencionalidade em dispensar aos migrantes, que solicitam refúgio ou visto de permanência, direitos sociais, políticos e civis.

Na postura de muitos governantes, é observável a indiferença ao sofrimento de migrantes e, ao serem colocados num campo de invisibilidade, torna-se visível a falta de responsabilidade do estado em acolher de modo digno aos migrantes quando adotam medidas favoráveis à segregação racial, social e de fortalecimento às injustiças sociais, ambientais e raciais. E o que dizer das mulheres migrantes? Sabe-se que a tecitura de direitos humanos e do movimento político e social por Justiça Climática não se faz sem luta de uma “racionalidade de resistência” (FLORES, s/d) e, como esses movimentos, mulheres migrantes têm (a seu modo) inventado no seu cotidiano meios de resistirem a uma política soberana que decide quem vive e quem morre (MBEMBE, 2016).

Mesmo que cada Estado-nação disponha de dispositivos de controle específicos a determinado grupo e que anseie por marginalizar, manipular e explorar – exemplo comum a migrantes que detêm “vidas marginais” (AGIER, 2015) –, mulheres imprimem resistência aos dispositivos via “imagens da matéria terrestre” (BACHELARD, 2013, p. 8) para estarem vivas e livres. Assim, compreendemos que ser mulher e negra e migrante já é ser resistência.

Comum nos relatos de mulheres migrantes são os diversos modos com que inventam seu cotidiano, que mesmo com escassas oportunidades que possuem para estudar, trabalhar e cuidar da família, elas assumem a responsabilidade de manter e ajudar entes queridos que estão locados em outros países. Trabalhadoras do campo ou da cidade, os

Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande, Dossiê temático “Imagens: resistências e criações cotidianas”, p.268-285, jun. 2020. E-ISSN 1517-1256

lugares que vivem não são invisíveis, somente suas vidas, dada sua condição de vulnerabilidade e por isso sofrem, mas resistem.

Mulheres na periferia, com vidas empobrecidas sofrem pelas faltas, seja de água, comida, moradia, emprego, educação e saúde. Tais mulheres (evidentemente) reconhecem que fazem esforços – às vezes sobre-humanos – para inventar no seu cotidiano táticas de resistir aos dispositivos que as cercam e estão dispostas a saírem do campo da invisibilidade quando tecem novas significações à sua existência, mesmo estando locadas num limiar entre fronteiras. Nessas fronteiras sociais, elas resistem a estar em latência sem direito a nada, em busca de uma vida melhor. Porém, essa é a realidade em que vivem muitos migrantes, pois, segundo Agier (2015, p.27), “essas zonas criam momento em que não se sabe mais muito bem quem se é e nem onde se está, momento de latência social e identitária”.

As fronteiras a que nos referimos não são somente territoriais, mas também aquelas impostas por atitudes racistas e xenofóbicas e que primam por excluir muitos migrantes. Fica evidente que se os Estados-nação acolhessem migrantes e refugiados de modo ético, as ações arbitrárias sobre a vida das pessoas, e principalmente das mulheres desse grupo, não seriam passíveis de experienciar estados de barbárie.

No limiar da esperança... considerações

*Eles combinaram de nos matar.
E nós combinamos de não morrer.*
Conceição Evaristo

Com a estimativa migratória de que, nos próximos quarenta anos, aproximadamente um bilhão de pessoas terão migrado devido ao colapso climático (PACIFICO; GAUDÊNCIO, 2014), há de ser considerada uma ética que tenha compromisso e comprometimento com a causa migrante. Esse dilema agrava-se atualmente e infelizmente não existe ainda arcabouço legislativo que ampare especialmente as mulheres migrantes, mas somente escassas políticas públicas e tímidas intenções de organizações filantrópicas e/ou não governamentais que subsidiam sua resistência. Tal realidade evidencia a necessidade em se mudar o paradigma pautado no *ethos* capitalista (LIMA; LAYRARGUES, 2014) e trazer à cena o *ethos* do cuidado, podendo ser consigo e com outro e outros e deve ser colocado em todas as dimensões e relações (BOFF, 2014).

Dessa maneira, sonhamos que imagens de esperança possam ser tecidas por mulheres migrantes (haitianas, venezuelanas, cubanas, moçambicanas, peruanas, bolivianas e outras), afim de que consigam transpor as fronteiras do medo, do ódio e da intolerância nos lugares que estão inseridas, de tal forma que promovam o deslumbramento de uma ética pactuada numa Educação Ambiental política, que pactue acordos e denuncie os desastres ambientais, porque também sociais como táticas de resistência, permitindo que grupos vulneráveis sobrevivam à liquidez do mundo.

Referências

- AGIER, Michel. **Migrações**. Descentramento e cosmopolitismo. Maceió/AL: São Paulo/SP: Edufal, Editora da Unesp, 2015.
- BACHELARD, Gaston. **A terra e os Devaneios da Vontade**. Ensaio sobre a imaginação das forças. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. b
- BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- DUTRA, Delia. Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, a.21, n. 40, p. 177-193, jan./jun. 2013.
- ECCLESIA. **Papa contra globalização da “indiferença”**. 2013. Disponível em: <https://agencia.ecclesia.pt/portal/papa-contra-globalizacao-da-indiferenca/>. Acesso em: 15 fev. 2019.
- ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000.
- FLORES, Joaquin Herrera. **Direitos humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência**. [s.d.] Mimeo.
- JUBILUT, Liliana Lyra; APOLINÁRIO, Silvia Menicucci O. S. A necessidade de proteção internacional no âmbito da migração. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 275-294, Jan-Jun 2010. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rdgv/v6n1/13.pdf. Acesso em: 25 mar. 2020.
- Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, Dossiê temático “Imagens: resistências e criações cotidianas”, p.268-285, jun. 2020. E-ISSN 1517-1256

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Mudanças climáticas, educação e meio ambiente: para além do Conservadorismo Dinâmico. **Educar em Revista**, Edição Especial, n. 3, p. 73-88, 2014. Disponível em: www.scielo.br/pdf/er/nspe3/a06nspe3.pdf. Acesso em: 09 maio 2020.

MARTÍNEZ, Susana Martínez; DUTRA, Delia. Experiências de racismo desde la inmigración haitiana y africana en Brasil. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 26, n. 53, p. 99-113, ago. 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios, n. 32, p. 122-151, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 09 maio 2020.

MARINUCCI, Roberto. Proteger os migrantes forçados ou proteger-se deles? **REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, a. 21, n. 43, p. 7-9, jul./dez. 2014. Disponível em: www.scielo.br/pdf/remhu/v22n43/v22n43a01.pdf. Acesso em: 13 mar. 2020.

MARENGO, José Antônio. Água e mudanças climáticas. **Estudos avançados**, v. 22, n. 63, 2008. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext_pr&pid=S0103-40142008010200001. Acesso em: 02 maio 2019.

NOBRE, Carlos. Mudanças climáticas e o Brasil—Contextualização. **Parcerias estratégicas**, v. 13, n. 27, p. 07-18, 2010.

NOBRE, Carlos. A; SAMPAIO, Gilvan; SALAZAR, Luis. Mudanças Climáticas e Amazônia. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v.59, n.3, jul./set. 2007. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v59n3/a12v59n3.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2018.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de; SGARBI, Paulo. Apresentação: A invenção cotidiana da pesquisa e de seus métodos. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 98, p. 15-22, jan./abr. 2007. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000100002. Acesso em: 22 jan. 2020.

PACÍFICO, Andrea Pacheco; GAUDÊNCIO, Marina Ribeiro Barboza. A proteção dos deslocados ambientais no regime internacional dos refugiados. Brasília. **REMUH**, a. 21, n. 43, p. 133-148, jul./dez. 2014.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.19, n.3, jul./set. 2005. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000300002. Acesso: 14 fev. 2019.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Revista Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 7-24, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a02v2057.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2020.

PATARRA, Neide Lopes. O Brasil: país de imigração? **Revista eletrônica e-metrópolis**, a. 3, n. 9, p. 06-18, jun. 2012. Disponível em: http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/008/original/emetropolis_n09.pdf?1447896326. Acesso em: 12 mar. 2020.

Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande, Dossiê temático “Imagens: resistências e criações cotidianas”, p.268-285, jun. 2020. E-ISSN 1517-1256

PAPA FRANCISCO. Mensagem do Santo Padre Francisco para o dia mundial do migrante e do refugiado. Migrantes e refugiados: rumo a um mundo melhor. **Mensagens**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2013. Disponível em: www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration/documents/papa-francesco_20130805_world-migrants-day.html. Acesso em: 09 maio 2020.

PALMA, Sonia. **Cartografia do imaginário**: a dimensão poética e fenomenológica da educação ambiental. Cuiabá, 2011. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso.

MANFRINATE, Rosana; SATO, Michèle; PAZOS, Araceli Serante. Entrelaçamentos entre justiça climática e educação ambiental: diálogos com mulheres de comunidades tradicionais do Mato Grosso e Galícia. **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, Campinas, Edição 2019: Ahead Of Print, 2020, 21p. Disponível em: www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/14592. Acesso em: 09 maio 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

SANTOS, Déborah Moreira; SATO, Michèle; GOMES, Giselly Rodrigues; MARTINE, Rafael. Colapso climático no olho do furacão. In: WERNER, Inácio; SATO, Michèle; SANTOS, Déborah (Orgs.). **Relatório estadual de direitos humanos e da Terra 2019**. Cuiabá: Associação Antônio Vieira, 2019, p 90-96. Disponível em: <https://direitoshumanosmt.blogspot.com/p/relatorios-fdht.html>. Acesso em: 09 maio 2020.

SATO, Michèle. Apaixonadamente pesquisadora em educação ambiental. **Educação Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 9, n. 16/17, p. 24-35, 2001 (bibliografia revista em fevereiro/2003). Disponível em: <http://revistaea.org/artigo.php?idartigo=108>. Acesso em: 10 fev. 2019.

Submetido em: 30-04-2020.

Publicado em: 01-07-2020.